A educação de adultos no município de Divinópolis

Nadir Guimarães[1]

Apresentado ao temário do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, tive a preocupação de estudar com mais cuidado:

a) Como estão distribuídos, em que percentagem aparecem os analfabetos nos diversos quadros e regiões de nosso país e como se apresenta, no Brasil, o problema da alfabetização de adolescentes e adultos.
b) O porquê de tão elevado número.
c) Que medidas podem ser tomadas para reduzi-lo.

Dediquei-me, especialmente, à compreensão do assunto no município de Divinópolis, Estado de Minas, onde funciono como controladora.

O problema da alfabetização no Brasil

Em 1950 o Brasil tinha uma população de 43.573.517 habitantes de 5 anos a mais, sendo 16.253.691 do quadro urbano e 27.319.826 do rural. Sabiam ler: quadro urbano 11.032.678 e quadro rural 7.556.044.

Pelo exposto deduz-se que a diferença é bastante acentuada entre o número de analfabetos dos quadros urbanos e rural. (A população suburbana está incluída à urbana no presente estudo). (Página 9 do Censo Demográfico de 1950.) Enquanto que nas cidades havia uma diferença de 5.221.013, nas zonas rurais ela subia a...19.763.782. Em resumo: 79% dos analfabetos brasileiros residem em zona rural. (Ver pirâmide das idades anexa).

Verifiquemos em que regiões brasileiras o número ascende mais:

Norte - 919.147 analfabetos
Nordeste - 7.747.572
Leste - 9.089.827
Sul - 6.083.528 e
Centro-Oeste - 961.704

(Esses números oferecem uma pequena diferença porque no 1º quadro acham-se incluídas pessoas de instrução não declarada).

Estes números, comparados ao de população absoluta, de 5 anos e mais, das referidas regiões, nos explicam que a incidência de analfabetos é mais alarmante no Nordeste e menos grave no Sul, onde aparecem S.Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o número de alfabetizados mais elevado do que o de analfabetos na seguinte percentagem

São Paulo.....146%
Santa Catarina.....131%
Rio Grande do Sul.....142%

Não possuo dados exatos que me autorizem a afirmar se habitam ou não, em quadros rurais, maior número de analfabetos, nessas regiões. Mas é fácil imaginar-se que

[1]Professora Técnica. Diretora do Grupo Escolar Dra. Antônia Valadares. Divinópolis – Minas.

sim pelos vários fatores que dificultam o aprendizado da leitura e da escrita ou a sua conservação entre os rurícolas, como veremos no decorrer do nosso trabalho.

Em Minas Gerais a situação era a seguinte, em 1950:

Pessoas presentes de 5 anos e mais 6.438.907; no quadro urbano 1.981.027 e no rural 4.457.880. Analfabetos no urbano, 692.694 habitantes e no rural 3.284.292.

Vê-se que em zonas rurais mineiras residiam 73% dos analfabetos do Estado. Apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades para melhorar a qualidade das escolas rurais mineiras, especialmente de 1948 para cá, cremos não haver modificações consideráveis nestes números.

Pelo exame numérico e estatístico ficou claro que o quadro rural está bem mais desfavorecido e sua população necessita de maiores cuidados.

O porquê de tão elevado número de analfabetos

O porquê de tão elevado número de analfabetos poderá ser explicado por: ausência de escolas primárias que evitariam adultos analfabetos; escolas mal servidas de professores; ausência, em zonas rurais, de agências ou motivos que visassem a conservação da técnica de leitura adquirida; adequação da legislação de Cursos de Adultos as exigências prementes da situação; livro didático apropriado à educação de adultos, especialmente.

a) Ausência de escolas que evitariam adultos analfabetos

O número de escolas, no Brasil, não atende à população em idade escolar, mormente em zonas rurais. Não é preciso que se interne muito pelo interior brasileiro para se concluir que a escola rural é inexistente ou ineficiente, na quase totalidade. O número de alunos em classe, nesse caso - 40 e mais - deveria ser reduzido e o número de escolas aumentado atendendo a rarefação das populações rurais e a realidade de um só professor atender as diversas séries do curso primário em um só horário escolar, já que não poderemos ter um professor para cada série, ou escolas do tipo granja-escolar com internato e um programa educacional mais funcional e completo, ou condução para transportar crianças para escolas mais esparsas.

Desse modo - escolas rurais em maior número, próximas das habitações e menor quantidade de alunos em classes - pode riamos dizer que seria mais difícil o brasileiro ficar analfabeto porque a escola é, pela distância, inaccessível, ou porque o número de alunos não permitiu um trabalho mais eficiente por parte do mestre. Concorrer-se-ia para evitar o número crescente de adultos analfabetos, porque lhes faltou a escola adequada para o curso primário no tempo apropriado.

b) Escolas mal servidas de professores

Cremos que todos os Estados brasileiros se empenham em melhorar a qualidade do professor primário e, nesse sentido, os jornais noticiam os esforços dos governantes apresentados sob forma de novos cursos, novos currículos e novos programas. O problema € tão complexo e é de tal modo grave e delicado que nenhum professor, por mais anônima que seja a sua atuação, poderá cruzar os braços e fugir as diversas formas de pesquisas e estudos que o capacitem, a realizar melhor o seu trabalho e ajudar os outros a resolverem as suas dificuldades.

Com relação ao professor que leciona nas cidades, já os órgãos dirigentes do ensino consideram aflitiva a situação. Que dizermos então dos que militam em zonas rurais? Recrutados entre as pessoas de localidade, com reduzidos conhecimentos de "ler, escrever e contar", com pouca assistência ou nenhuma, sem preparo especializado ou renovação ou aperfeiçoamento periódico, com uma noção de escola antiquada, nada quase conseguem fazer. Considerados mesmo professores egressos de cursos de treinamento de 3 meses, temos verificado que a falta de contacto com as fontes culturais onde se aperfeiçoaram ou aprenderam e a estagnação que caracteriza a vida rural, esses elementos se tornam absorvidos pela rotina.

Temos de melhorar, então, a qualidade do professor, especialmente do rural, para uma solução mais imediata da erradicação do analfabetismo no Brasil.

Propomos:

a. admitir, em zonas rurais, professores por exames de seleção;
b. serem as classes, em zonas rurais, constituídas de uma matrícula mínima de 20 e máxima de 30 alunos;
c. ser melhor remunerado o professor que funcionar em Cursos de Adultos nas zonas rurais;
d. os professores selecionados pelos exames de suficiência reunirem-se em sedes de municípios ou circunscrições onde possam receber elementos de pedagogia que os capacitem a melhor desincumbirem-se de suas funções, renovando os conhecimentos que já possuírem, além de receberem novos;
e. distribuição de livros e publicações a professores de zonas rurais com mais prodigalidade para que possam atualizar ou adquirir conhecimentos e utilizá-los no plano de Educação de Adultos;
f. criar escolas normais rurais.

c) Ausência, em zonas rurais, de agências ou motivos que visem à conservação da técnica da leitura e da escrita adquiridas

Pesquisando o motivo por que nossos alunos do Curso de Adultos não sabem ler, constatamos que **uma maioria quase absoluta se matriculou em escolas primárias aos 7 anos de idade**. Não sabem ler porque razões de ordem econômica, ou instabilidade domiciliar, ou distâncias, obrigou-os a deixar a escola, ou então a falta de treino do processo de ler levou-os a esquecê-lo. **Esta última razão é bastante frequente entre os oriundos de zonas rurais.**

Pudemos verificar que a escola rural fornece ao aluno a técnica da leitura, bem ou mal. Não lhe dá oportunidades para sua conservação porque não possui bibliotecas, nem cinemas, nem teatro, nem associações. Não promove reuniões, nem favorece nenhuma forma de intercâmbio ou estudo que permita a seus ex-alunos praticarem a leitura ou sentirem falta dela. Se a escola se acomoda nessa prática, onde encontrar motivos para ler? Nesses lugarejos os habitantes não são solicitados a ler propagandas, anúncios, cartazes de cinemas e outros, - jornais, indicações, bulas, etc., como nós na cidade. Lá passam semanas sem que apareça uma palavra impressa ou motivo para qualquer leitura. Desse modo o processo de ler, adquirido mal e às pressas, é esquecido.

A escrita também não se pratica pela mesma ausência de motivos. Faz-se conta, algumas anotações são tomadas. A falta de treino da escrita faz com que esqueçam a

ortografia das palavras, percam a agilidade, e a mão, calosa dos trabalhos agrícolas, tem dificuldades, afinal, em registrar os caracteres escritos. Fica, com isso, completo o quadro. Voltam, quando podem, à escola para o Curso de Adultos, porque, na realidade, esses cursos têm sido quase que só de alfabetização, sem nenhuma outra forma educativa.

d) Adequação da legislação dos cursos de adultos as exigências prementes da situação

Expusemos a situação brasileira com mais de 70% de analfabetos domiciliados em zonas rurais. A legislação dos Cursos de Adultos atenderia melhor a situação se:

a) orientasse o seu trabalho no sentido de abrir um número maior de cursos e centros de Educação de Adultos em zonas rurais;

b) como ficou exposto atrás, recrutasse, nessas zonas, professores leigos por concurso;

c) oferecesse melhor remuneração aos que lecionassem em localidades mais afastadas das grandes cidades;

d) organizasse cursos intensivos onde os professores leigos adquirissem técnicas mais atualizadas;

e) considerasse a matrícula de 20 a 30 alunos, nessas zonas, como suficiente para a formação de uma classe, atendendo à rarefação das populações rurais.

Acrescentemos - se, por tratados firmados, os órgãos competentes:

- fornecessem publicações para esses professores leigos renovarem ou adquirirem conhecimentos;
- considerasse o voluntariado capaz de realizar esta tarefa que exige pessoal tecnicamente preparado para resolvê-la;
- entrasse em entendimentos com a Campanha Nacional de Educação Rural para um plano conjunto, já que a quase totalidade de analfabetos brasileiros está nos quadros rurais e a vida nas cidades mais populosas não dispensa princípios de alfabetização para as profissões e empregos mais modestos

e) Livro didático apropriado à educação de adultos, especialmente

O livro didático é assunto muito sério que exige conhecimentos da psicologia e da metodologia da leitura. Ao lado disso é necessário que o livro obedeça também a critérios de arte para ser considerado bom.

Os professores que lidam nas escolas primarias conhecem a dificuldade de se encontrar livros que favoreçam à formação de bons hábitos de leitura e atendam aos interesses dos leitores.

Em Minas, nas escolas primarias comuns, temos una coleção de D. Lúcia Casassanta esplêndida para crianças. Naturalmente atende a interesses e experiências de meninos das várias séries do curso primário, não se adaptando, por seus assuntos, a adolescentes e adultos.

Levando-se em conta os bons hábitos de leitura, precisamos contar com farto material accessível aos iniciantes, como cartilhas, livros contendo pequenas narrações de fatos de suas experiências e com repetições de palavras, ilustrados e interessantes, para só citar estes princípios.

A falta de livros assim é uma lacuna indesculpável. Desaponta qualquer adulto ou adolescente iniciante ler frases como "O cavalinho é o Valete"(Upa, upa, cavalinho", de M. B. Lourenço Filho) ou "A bola é de Paulo", "A boneca é de Lúcia" (Nova Cartilha", de Mariano de Oliveira). Tive oportunidade de presenciar um senhor de, aparentemente, 40 anos, ler com constrangimento: "Eu sou o Gatinho Minau", (de Maria José de Melo Paiva).

Analisei a situação e conclui que àquela altura do ensino o material vinha favorecer bons hábitos da técnica de ler, mas era pouco adaptado ao leitor que, naturalmente, se interessaria por outros assuntos, problemas ou experiências.

Não contamos, no Brasil, com material apropriado ao iniciante do Curso de Adultos. É um outro mal a exigir estudos. Os alunos dos Cursos de Adultos já perderam muito tempo, e precisam ser atendidos de maneira mais integral para tomarem, na sociedade, o lugar que, por direito, lhes cabe.

O que se pode fazer para resolvê-lo

Neste tópico aposento as conclusões finais ao estudo realizado neste trabalho.

Conclusões Finais

1º- O Brasil necessita de melhores e maior número de escolas para adolescentes e adultos no quadro rural, porque 3/4 de analfabetos brasileiros fazem parte desse quadro;

2º - O Ministério da Educação e Cultura, por seus diversos departamentos necessita de:

a) melhorar o nível dos professores rurais já que a eles está entregue a maior parte da tarefa de alfabetizar brasileiros;

b) fornecer às escolas rurais melhor equipamento que, mais facilmente, elas possam desincumbir-se integralmente de suas funções;

c) remunerar o professor de acordo com a localização de suas escolas - quanto mais distantes das cidades, melhores salários devem perceber;

d) estabelecer uma legislação que favoreça a organização de classes com uma matrícula mínima de 20 e máxima de 30 alunos, nos quadros rurais;

e) promover e incentivar publicações de acordo com o método analítico do ensino da leitura com textos conforme interesse de adolescentes e adultos.

3º - À Campanha Nacional de Educação de Adultos, sugerimos entrar em entendimentos com a Campanha Nacional de Educação Rural para um plano conjunto de erradicação do analfabetismo no Brasil.

O PROBLEMA NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS

Não há interesse especial entre os congressistas brasileiros em conhecer a situação do município do Divinópolis no tocante a sua realidade sobre analfabetos e alfabetizados. Ocorre, no entanto, que as dificuldades que se registam numa comuna são, quase sempre, as que aparecem em outras e a nossa experiência e as soluções que sugerimos devem ser idênticas a de outros congressistas presentes.

Desde 1948 controlo o ensino de adultos no município; e de 1949 a esta data supervisiono, nas horas de folga dos meus afazeres obrigatórios, o ensino rural. E foi essa feliz combinação - controlar o ensino de adolescentes e adultos e supervisionar escolas rurais - que me levou a compreender porque há tantos adultos analfabetos neste e em outros municípios.

Já em 1880 os americanos do Norte estudavam a diferença de fertilidade entre a população rural e urbana. A. J. Jaffe demonstrou que àquela época se se tomasse o coeficiente bruto de reprodução rural como 100, o das cidades abaixo de 10.000 habitantes era igual a 70, o das cidades entre 10.000 e 20.000 habitantes 57 apenas. (Lynn Smith - Introdução ao estudo das populações).

Dito isto, explica-se que não apenas a realidade rural divinopolitena ou mineira mas a de outras terras é esta: o índice de natalidade é mais alto nos quadros rurais.

Thomaz, em 1938, já publicava: - "os migrantes apresentam um excesso de adolescentes e adultos jovens sobretudo entre aqueles que se dirigem das zonas rurais para as cidades". Se tomarmos a pirâmide das idades que ilustra nosso trabalho chegaremos à mesma conclusão: natalidade alta nos quadros rurais e pessoas presentes em número decrescente até de 25 a 29 anos.

Verifica-se, então, que até 25 anos, mais acentuadamente, os brasileiros procuram a cidade, abandonando o campo. Certamente fatores econômicos e sociais, estranhos ao nosso trabalho, atuarão nesse movimento de população, e não seremos levianos de tomar nossa pesquisa informal como o único fator. Temos, no entanto, nossas observações no município que desejamos acrescentar neste estudo.

Mais de 80% dos rurícolas que procuram a nossa cidade, o fazem procurando escolas, porque as do campo são cidade, o (às vezes 12 quilômetros) ou mal servidas de professores, ou mal fiscalizadas ou assistidas e os pais não desejam que os filhos fiquem analfabetos como eles. Já trazem filhos crescidos que não se admitem mais nos cursos diurnos. Tentei cursos de adultos nesses quadros, mas **a rarefação não favorece a matrícula de 50 alunos exigida.**

Neste estado de coisas, teremos a situação permanente: os campos fornecendo grande número de brasileiros que atingem 15, 16, 18 anos sem ter uma escola capaz de alfabetizá-los. Nessa idade o Tiro de Guerra ou um emprego como doméstica favorecem a procura da cidade onde podem encontrar também a escola.

Esta experiência tirei observando um e outro setor - os Cursos de Educação de Adultos e nossas escolas rurais com minha assistência pessoal. Se os pais têm situação econômica mais favorecida, a mudança se dá mais cedo, quando os filhos mais velhos atingem 7 anos, crescendo o número de absenteístas. Outros permanecem no campo engrossando as fileiras de analfabetos.

Para um equilíbrio social e econômico, para que não se aplique a expressão "marginal" a um alto número de brasileiros úteis, é preciso que protejamos mais os desassistidos homens do campo.

Já em 1950, em Divinópolis, sentido esse problema, conseguimos da Prefeitura Municipal a doação de um terreno de 8 quilômetros da cidade, onde se levantaria uma escola normal com a finalidade de, no ambiente rural, prepararmos professores habilitados para melhor assistir as populações rurícolas ornando suas escolas capazes de alfabetizar e educar os habitantes desses quadros, conservando-os no campo com seus costumes e

tradições, numa integridade formadora da cultura brasileira. Essa escola, por motivos que desconhecemos, não se concretizou.

Nesta feliz oportunidade em que se congressam brasileiros de todos os Estados e Territórios, empenhados em proporcionar a todos os nossos concidadãos a feliz convivência dos livros e das ideias neles contidas, invocamos os bons ofícios do Sr. Dr. Clovis Salgado no sentido de que, com sua clarividência e idealismo, ofereça ao Brasil maior número de escolas normais rurais de onde possam sair professores que tornarão boas as escolas do campo, as desassistidas escolas rurais, procuradas por 70 em cada 100 habitantes.